



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639989 - SP (2021/0012443-4)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : FELIPE QUEIROZ GOMES
ADVOGADO : FELIPE QUEIROZ GOMES - SP392520
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : REGINALDO DA SILVA SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de REGINALDO DA SILVA SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2272810-57.2020.8.26.0000).

O paciente foi condenado à pena de 12 anos, 11 meses e 05 dias de reclusão, como incurso no art. 157, § 2º, I, II, IV, V, 71, caput c/c 61, caput, II, "h", do Código Penal.

O impetrante sustenta que o juiz determinou a realização de exame criminológico tão somente com base tão somente na natureza do crime e quantidade de pena imposta inclusive agindo de forma contrária a jurisprudência dessa Corte e do STF que prevêem que "a gravidade abstrata do delito e longa pena a cumprir" não são fundamentos para justificar a realização de avaliação criminológica" pois "não há nada na decisão que diga respeito à conduta do paciente durante a execução, conduta que foi tida como boa em todos os boletins informativos elaborados pelo Presídio. (fl. 06 e 07).

Aduz, que o Conselho Nacional de Justiça emitiu a Recomendação n. 62, sendo certo que "o Paciente se enquadra nessa hipótese, tendo em vista que está preso em uma Unidade Prisional com capacidade de 1.247 presos, mas atualmente abriga mais de 2.266, ou seja, QUASE O DOBRO DA CAPACIDADE " sendo que a Unidade Prisional de Mirandópolis já registra infectados e até morte pelo corona vírus. (fl. 09)

Requer, liminarmente a concessão da ordem para "que seja determinada a

análise do pedido de progressão ao regime semiaberto sem a necessidade da realização da avaliação criminológica OU imediata remoção do Paciente ao regime semiaberto até a realização do exame criminológico e, no mérito, a cassação a decisão que determinou a realização do exame criminológico, devendo ser julgado o benefício imediatamente (fl. 14).

O Desembargador Cardoso Perpétuo, do TJRJ, denegou monocraticamente o habeas corpus impetrado na origem - fl.23.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar *habeas corpus*, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência